

PORTUGAL

democrático

SAI NO PRIMEIRO SABADO DE CADA MES

ANO I



São Paulo, 7 de julho de 1956



N.º 1

Lutas do povo português — 3.ª pág. • 50
Jovens perseguidos —
3.ª pág. • A campanha Norton de Matos — págs. centrais •
Conversando com Ferreira de Castro — págs. centrais •
Notícias do Ultramar — 6.ª pág. • Um dos mais prementes problemas sociais de Portugal — 6.ª pág. • O dia de Camões — 7.ª pág.

POSIÇÃO

Perante o aparecimento nas bancas de mais um jornal para os portugueses do Brasil, o leitor certamente perguntará se esta publicação tem uma política e qual a missão que pretende cumprir.

A resposta a estas perguntas cabe em meia dúzia de palavras e constitui todo o nosso programa: a política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência.

Sabemos que, se seguirmos à risca tal programa, não nos faltarão leitores, entre os portugueses de boa vontade, espalhados por este Brasil, e os brasileiros que se interessam por Portugal que desejam um órgão que os informe com objectividade, com verdade, com honestidade, sobre toda a situação do nosso país. A cultura portuguesa, que nas últimas décadas tantos atentados tem sofrido, merecer-nos-á especial carinho.

Sabemos que, se não abandonarmos o nosso programa, teremos sempre ao nosso lado os milhares de compatriotas cujo espírito democrático não se deixou abastardar pelos sucessivos anos de uma propaganda deformadora da verdade e distribuída com uma largueza de meios que só tem paralelo na estreiteza de vistas que revela.

Sabemos que, se não esquecermos este programa, o momento escolhido para o lançamento deste jornal será altamente favorável, porquanto o português do Brasil, nesta altura, em que a situação internacional se encontra num período de desanuviamiento, está avido por conhecer qual a posição, perante os acontecimentos mundiais, mais conforme com a dignidade do nosso país.

Sabemos que, aplicando um programa tão simples, estamos, afinal, absolutamente integrados na nova união das forças democráticas em Portugal, de que se verificaram nos últimos meses muitas provas e que é a mais segura garantia da sua vitória.

Tudo isto nós sabemos, tudo isto deu animo e forças para nos lançarmos a tão árdua tarefa.

Não esqueçamos, porém, as dificuldades que fatalmente surgirão no nosso caminho: em primeiro lugar, os obstáculos naturais, inerentes a todas as publicações como esta, que não dispõem de qualquer auxílio e que só podem contar com o espírito de sacrifício dos seus organizadores e com a boa vontade dos leitores; depois, as barreiras provenientes da dificuldade de contacto para além da censura e da política portuguesas, com a realidade da nossa pátria; por último, os impedimentos que, estamos certos, serão lançados contra nós por aqueles para quem todas as armas são boas quando se trata de calar uma boca que quer gritar a verdade.

Conscientes, pois, da oportunidade da nossa missão e das dificuldades que nos esperam, aqui estamos para cumprir, sem desfalecimentos, o programa que nos propusemos. A confiança no êxito da nossa iniciativa baseia-se fundamentalmente numa certeza: a de que os portugueses do Brasil, desejam, acima de tudo, o progresso do nosso país, dentro de um sistema democrático e digno. Como é esse também o nosso desejo mais veemente, o entendimento será fácil entre este jornal e os seus leitores.

De uma coisa podem estar certos todos os que nos leem: o Portugal Democrático está ao serviço, única e exclusivamente, da verdade, da democracia e da independência nacional. Os nossos olhos estarão sempre voltados para o interesse de Portugal. Saberemos contudo fazer a distinção entre os interesses autênticos, permanentes, verdadeiros do nosso povo e as pretensas vantagens trombeadas aos quatro ventos, por uma propaganda sabidamente orquestrada, cujas mistificações desmascaramos implacavelmente.

Voltado para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o PORTUGAL DEMOCRÁTICO.



AS CARTAS PROIBIDAS DE ANTÓNIO SÉRGIO

Em agosto de 1954 o notável ensaísta e historiador português António Sérgio, escreveu ao Ministro do Ultramar, seu amigo pessoal de outrora, uma carta em que abordava desapassionadamente o problema de Goa, seu rincão natal. Respondeu o ministro negando toda e qualquer razão a António Sérgio que replicou com uma segunda carta, ficando esta sem resposta.

Perante o desinteresse do Governo em acatar ou debater publicamente suas sugestões, o historiador mimeografou seus escritos e deu-lhes circulação clandestina. Apresentamos hoje aos nossos leitores a primeira das cartas de António Sérgio que, aliás, não é

inedita no Brasil, pois já foi publicada no n. 56 da revista "Anhembi", que desde a sua fundação vem abrindo as suas páginas à causa democrática portuguesa. No próximo número, "Portugal Democrático" apresentará a seus leitores a segunda das cartas proibidas pelo Governo de Portugal.

"Senhor Ministro do Ultramar,

Excelência

Num discurso agora pronunciado sobre o problema indiano, de que há pouco tive notícia por um jornal da manhã, declarou v. exa. que o governo "presta a maior atenção a todas as soluções construtivas e colaborações que lhe sejam oferecidas.

O BISPO DE AVEIRO A FAVOR DA ANISTIA

Em Portugal, qualquer pacato cidadão que tenha a ingenuidade de criticar, para uma roda de amigos, a desastrosa política do Estado Novo, que levou o povo português a um dos mais baixos níveis de vida da Europa, pode, subitamente, ser abordado por um estranho personagem que o intimar:

— O senhor! Queira acompanhar-me.

— Mas, cavalheiro, não entendo...

— Vamos, rápido!

Um toque na lapela, a identificação oficial, e eis o nosso pacato compatriota às voltas com a polícia política de Salazar. Pode ficar detido por um dia, por uma semana, ou por seis meses. Tudo depende da boa ou má disposição do investigador. Este, sabe-se escudado pela legalidade salazarista que lhe concede 180 dias para decidir se um cidadão é ou não passível de processo e julgamento. No caso de haver suspeitas (já não se fala em certezas...) de que esse delicto de opinião tomou alguma vez a forma política de atividade anti-governamental, entram em cena os afamados espancamentos, "segredos", "estátuas", e outras bem planificadas torturas. Depois, vêm as prisões por longos anos, ou mesmo as deportações.

No Campo de Concentração

do Tarrafal, ficaram inutilizados dezenas de portugueses anti-salazaristas. Outros, não suportando o clima insalubre, a alimentação deficiente, a "frigideira" (cubículo de cimento em pleno deserto, onde eram abandonados os prisioneiros sob castigo), ali perderam a vida. De suas campas, cavadas na rocha, fala-se em voz baixa em todo o Arquipélago de Cabo Verde. Nomes? Por exemplo, Alfredo Caldeira (morto em 1938), Fernando Alcobia (1939), José Lopes Dinis (1942), António Guerra (1948), etc...

Tarrafal! O nome já tinha ido além fronteiras. Ele estava em contradição com o apregoado paternalismo de Salazar. O mais conveniente seria extingui-lo. E assim foi. No entanto, mais para o sul, além do equador, em Angola, no árido planalto do Bié, iniciavam-se os trabalhos para o levantamento secreto dum novo mais amplo Tarrafal. Sobre a multidão de presos políticos pesava de novo a ameaça do degredo.

Qual o português, independentemente de suas concepções políticas, que podia ne-

(Conclui na 7.ª página)

O conhecimento destes seus dizeres, acrescentando-se ao facto de havermos tido outra relação pessoal que para mim foram gratas, embora brevíssimas, e os muitos laços que prendem a Índia, e a sua história antiga e recente, a minha pessoa e à minha família. — alentam-me a submeter-lhe as sugestões desta carta, que suponho radicalmente construtivas, com a modestia e simplicidade que me competem, e seguro de que no espírito de v. exa. poderá mais a razão que a teimosia, levando-o a encarar as minhas pobres palavras com a isenção e a objectividade que as circunstâncias exigem.

Sem dúvida devemos repelir a tirânica ideia de se sentir o governo de determinação país no direito de exigir populações e territórios que fazem parte de qualquer outro Estado. Não aos políticos de Nova Delhi, mas aos próprios habitantes da nossa Índia, compete cuidar dos destinos destes. Não é menos certo, todavia, que, uns quinze anos antes de haver nascido o Estado do Hindustão, os erros do regime actual português ("anti-liberal e anti-democrata" como se gabou de ser) tinham criado os germes do presente conflito, provocando em almas de indo-portugueses atitudes de ressentimento, e de revolta que, sendo a princípio só contra o regime, se agravaram por culpa do nosso governo e se tornaram em hostilidade contra o próprio Estado e contra a própria soberania de Portugal. E depois o governo da Índia independente (nascido, repito, uns 15 anos mais tarde) tratou de se aproveitar dum conflito existente para reforçar os seus objetivos de anexação.

Em 1951 (e só há Estado do Hindustão desde 1947) o então governador da nossa Índia, o general João Carlos (Conclui na página central)

ESTE NUMERO NÃO, POR VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA, EM PORTUGAL

OS ESTADOS UNIDOS COMPLETAM A OCUPAÇÃO DOS AÇORES

Dentro do noticiário internacional, um dos informes que mais agitou a opinião pública do mundo, foi o de que o governo da Islandia solicitara ao governo norte-americano a revisão do tratado que permitia a ocupação da ilha por

6.000 a 8.000 militares lanques, tratado esse assinado em 1951. Com essa revisão pretendeu-se a retirada das citadas tropas, e formulou-se, ato contínuo, uma atitude de independência nacional. Estando, no entanto, demissionário esse

governo, a revisão foi adiada para depois das eleições gerais, que deram a maioria a uma bancada que prosseguirá, tudo indica, com a mesma política de independência nacional. Tal adiamento não impe-

(Conclui na página central)



PORTAS DO SUL (Santarem) — Miradouro de onde se avista toda a imensidão da lezíria ribatejana.

ORDEM E DESORDEN

por DINIZ DA GAMA

O artigo do Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, que hoje reproduzimos na 8.ª página, dá a justa perspectiva da situação política portuguesa e com um brilho que por igual admira. As hipóteses sobre a sua autoria fazem pensar no Apóstolo dos gentios e nas palavras fortes em que poder não teve a morte.

Podavia uma frase deste artigo prova este comentário que não é de reacção mas de ajustamento. É que o seu autor parece aceitar como boa a imputação salazarista, feita ao Governo da 1.ª República portuguesa, de consentir a "desordem nas ruas como sistema". Acusação que a propaganda salazarista vem repetindo durante trinta anos e que os espíritos menos precavidos guardam; acusação que se vem agravando, ultimamente, com a deslavada calúnia de ser o povo português "ingovernável sem a mão de ferro de um ditador".

É preciso atentar que os 16 anos de efervescência política nas ruas, que mais não durou o período da 1.ª República Portuguesa, causaram sensação interna e internacionalmente, exactamente pela manifestação anómala. "A desordem nas ruas" não é característica do povo português e não a manifestou, ao longo de 3 séculos de História, sem motivos de excepcional relevância. Por isso, e porque a excepção existiu, por isso, porque de 1910 a 1926 se processou um dos períodos mais dramáticos da nossa História como Nação, é que a "desordem nas ruas", nessa época, está plenamente justificada. A distância de 30 anos já a perspectiva histórica permite a observação judicativa e não apaixonada.

Em 1910 numa revolta popular, a monarquia portuguesa, velha de 800 anos, foi substituída por um Governo republicano. El-Rei D. Manuel II refugiou-se no exílio. Portugal estabeleceu uma Constituição e uma organização política sobre bases democráticas.

Mas os monárquicos venenosos, como aliás era de prever, não se conformaram com a queda do regime e só honra lhes cabe por terem lutado corajosamente por uma causa perdida. El-Rei D. Manuel fixara residência em Londres mas os seus partidários mais activos homiziavam-se em Espanha, junto da fronteira portuguesa, protegidos pelas autoridades espanholas. Daí estabeleciam entendimentos com os correligionários residentes em Portugal, alguns falsamente aderentes à nova República, e fomentavam revoltas que abrangiam parte do Exército e alguns elementos populares, tendo atravessado a fronteira em varios pontos em anos sucessivos, com bandos armados, compostos de espanhóis mercenários e portugueses, tentando provocar a guerra civil e restaurar a monarquia sobre os escombros duma luta fratricida. "A desordem nas ruas" começou por justa causa. Era a comoção do povo republicano que se galvanizava na defesa da República. Pode acaso classificar-se autenticamente esse fenómeno de "desordem"? Chama-se acaso "desordem" à efervescência popular de Paris nos anos da Convention e do Comité de salut publique?

A República Portuguesa vivia então horas de angústia. A permanente inquietação política, o clima permanente de defesa do regime, essa necessidade de colocar a salvaguarda do regime no primeiro plano das preocupações de ministros e parlamentares, perturbou a boa administração pública nos seus anos iniciais. Não acuso os monárquicos de traição ou desonra por haverem combatido a

República mais atribuído-lhes a culpa de terem prejudicado a Nação com o seu apego a uma política que pertence ao Passado. Com as fronteiras invadidas e focos internos em insurreição, com o Exército inseguro, que podia fazer a nova República senão condicionar todos os actos do Governo, quer políticos quer administrativos, à causa fundamental da defesa do regime? O Exército, comandado por oficiais de feição monárquica, não servia de apoio à novel República — esta contava, sobretudo, com o braço popular, o velho 3.º Estado da Nação Portuguesa, e, nesse, com a massa aguerrida do povo de Lisboa e Porto. Nesse ambiente de guerra civil, nesse reducto de "endido por "sans culottes" que era o Governo da novel República Portuguesa, pode acaso censurar-se-lhe que consentisse demasias aos seus "mais seguros partidários"? A 1.ª República não permitiu a "desordem nas ruas como sistema", sofreu-a como uma consequência da defesa do regime, como uma aplicação do velho princípio romano primam vivere deinde philosophare.

Houve ainda que a defesa do regime era uma causa em que vibrava a paixão. Opinava-se apaixonadamente numa temática social em que só com ponderação se tem acção "oficiosa". Os desentendimentos entre republicanos começaram assim por excesso de paixão. O Governo pretendia a pacificação e agia com animo moderador, os extremistas exigiam proclamações contra os monárquicos e a pacificação no genero de Varsóvia. Dessa luta interna sobre os meios de defesa "o regime, resultou um choque pertinaz da política republicana com consequências funestas na administração pública e na vida nacional — não um sistema.



Tinha a República 4 anos de existência, isto é, tinha 4 anos de vida um regime popular que substituíra uma monarquia com 800 anos, quando deflagrou a 1.ª Guerra Mundial, Portugal, apesar de empenhado numa luta civil latente, mandou um Corpo Expedicionário para a França e a Flandres, facto que permitiu ao Governo Português ter assento de direito proprio na Sociedade das Nações e af defender a herança histórica dos povos africanos. Não é de estranhar que esse período de guerra e suas consequências económicas, prolongado até 1918, agravasse a nossa desorganização administrativa herdada da monarquia, bem enraizada nos costumes, e portanto de impossível concerto em 3 anos de regime republicano que representavam 3 anos de luta em defesa desse mesmo regime, 4 deles de guerra europeia. Para mais, e como é obvio, todos os estadistas da República faziam então o seu aprendizado. Nenhum podia ser mestre; a imprensa dessa época era livre e não elevava a traumatizantes os curandeiros da aldeia. Não é de estranhar que alguma desordem descesse à rua nesse período em que a vida nacional sofria nas fronteiras, as incursões das hostes monárquicas armadas em Espanha, no interior na revolta do Exército e os difíceis ajustamentos duma opinião pública sacudida pela queda de um regime com 800 anos de existência e a participação na Guerra Mundial.

Epoca em que, apesar da desordem administrativa, o povo português era abastado. O Es-

tado tributava-o com parcimónia. O povo português era abastado mas o Estado era pauperíssimo, falko de meios para realizar obras publicas e manter num nível decente a administração. A 1.ª República Portuguesa, como a monarquia governaram com erarios vazios escrupulizando em carregar o povo com novas tributações.

Houve ainda e como consequência da Guerra Mundial, a queda geral da economia europeia, portanto também da portuguesa e esse facto, somado a outras menores, fez desabar a nossa moeda e carrou o descalabro económico, como sempre aconteceu ao longo da nossa História perante a queda da moeda. As velhas "Cortes Gerais", medievais, requeriam aos nossos Reis que tributassem mais o povo de preferência a desvalorizarem a moeda. A análise desapaixonada da situação portuguesa no programa contemporaneo europeu mostra que a moeda portuguesa não caiu, como sugere o brilhante articulista do "Diário de Notícias", por incompetencia do Governo da 1.ª República ou pela "desordem nas ruas". Caiu com a moeda europeia. E uma economia desequilibrada nos seus fundamentos tradicionais engece inevitavelmente, o ambiente político.

Como fenomeno correlativo desta successão de factos que já são pertença da História, em 1926 isto é, 16 anos após a implantação da República Portuguesa, o Exército revoltou-se e instaurou um regime sob fachada republicana, mas verdadeiramente de ditadura militar, o qual dura há 30 anos sob a égide desse mesmo Exército. Acerca desse governo manifestou-se em termos precisos o illustre articulista do "Diário de Notícias".

Portugal, sob ditadura militar e o governo salazarista, tem uma vitrine demerática e uma realidade de oligarquia teocrática. Sob esse governo o País foi tributado até ao esgotamento. O erario publico encheu-se, pondo o Estado na situação de rico e o País na de pobre. A "desordem" já não anda pelas ruas. Vive no Estado e plana sobre o direito das gentes. Hoje, em Portugal, sob o cilindro da politica e do Exército, a "rua" está realmente em ordem. A desordem, considerando a palavra na accepção de destruição dos valores basicos duma povo e duma civilização, é o proprio Estado português.

Oigo continuamente, sobretudo aos besecos, confrontar os aspectos economicos e politicos da 1.ª República com os da ditadura salazarista. A moeda desvalorizada, ao desprestigio internacional, a desordem nas ruas, que assacam à 1.ª República, opõem-na a moeda valorizada, o prestigio internacional, a ordem nas ruas, que são vitrines da actual Governo Português. Mas eu sei que com a moeda valorizada da 1.ª República se podia comprar na Europa, na Ásia, na Africa, na America, o que se quizesse e sem o minimo entrave e agora me exigem dolares! Mas eu sei que essa República, supostamente desprestigiada na conclave internacional, tinha assento de direito proprio na Sociedade das Nações e que o governo de Salazar se conseguiu entrar na O N U, após 10 anos de esforços e negociações de que ainda Portugal não sabe o preço; e se a "desordem nas ruas" praticou alguns atentados em que se perderam vidas cuja conta não chega à centena, e valores cujo compsto de tão limitado nem chega a interessar, ver-se-á como pende o prato da balança para o in-

ferno no dia em que aquele péso se opuzer a "ordem salazarista" com os milhares de assassinatos subreptícios, a ruína de milhares de republicanos, os exilios, os campos de concentração em Africa (fechou o de Tarrafal, já muito conhecido, e abriu um outro no sul de Angola) o depauperamento economico da população trabalhadora, o abastardamento duma geração desviada das suas virtudes tradicionais. Agora, reina a paz em Varsóvia! É isso a Ordem portuguesa; é a ordem especifica do patio duma cadeia; é a face exterior dum imenso sepulcro caído.

No tempo da "desordem nas ruas" acontecia haver um grupo de faciosos que invadia a sede dum jornal adverso e lhe destrua as instalações. Todavia, e pouca depois, o jornal recompunha-se e reagorecia sem quebra nos seus principios. Hoje não há, em Portugal, possibilidade de faciosos invadirem e destruam os jornais da Oposição porque não há jornais da Oposição. O governo salazarista apenas consente a existencia do jornal "República" e dentro duma acanhada expansão, porque lhe convem esse documento da vivencia duma imprensa da Oposição. Havia cerca de 30 jornais em Lisboa e Porto a quando da subida de Salazar ao poder, os quais não desapareceram sob a furia de faccio-

so, "a desordem nas ruas", mas por acção da Censura. Foram suprimidos sem escandalo publico, por mera acção política. Não é que a desordem continua? Agora não a pratica a rua, mas o Governo. Em meu parecer, é agora mais grave a situação.

A desordem continua, não nas ruas mas no Governo, repito-o. Desordem que realca nas cammas as ansiedades de justiça. É desordem, a meu ver, que o ministro da Educação, Eires de Lima, tenha despachado, sobre o requerimento apresentado pelos maiores escritores portugueses da actualidade, Agrilino Ribeiro, Ferreira de Castro, etc., e relativo à aprovação dos estatutos para uma associação de escritores (1), nestes seus termos: NÃO É DE DAR PROVIMENTO. É desordem, a meu ver, que o ministro do Interior, Trigo de Negreiros, tenha despachado sobre o requerimento de aprovação de estatutos de um partido politico oposicionista, democratico e conservador:

"O estatutos da projectada Causa Republicana evidenciam espirito de divisão da sociedade portuguesa, contendo preceitos que colidem com a unidade e o bem publico e que importam lesão dos principios em que assenta a ordem moral, economica e social da Nação.

Nestes termos e tendo em atençaõ a disposto nas artigos 1.º e 2.º do decreto-lei n.º 29.660, de 20 de maio de 1954, resolveu a aprovação dos referidos estatutos.

27-VI-1955
O actual governo português (Conclui na pag. central)

VIDA ASSOCIATIVA

CENTRO TRANSMONTANO DE SÃO PAULO

O Centro Transmontano, inegavelmente uma das mais pujantes e prestigiosas instituições beneficentes de São Paulo, celebrou, no dia 26 de maio ultimo, o seu 24.º aniversario de fundação, com uma grandiosa festa realizada no ginásio do Paço d'Alcobaça. O acto comemorativo revestiu-se de invulgar brilhantismo e teve a assisténcia enorme publico, facto que bem evidencia a grande popularidade que desfruta em São Paulo.

"Portugal Democratico" congratula-se pelo acontecimento, com a gloriosa Associação, a quem deseja um futuro de franco progresso e de largas realizações.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTOS

A Portuguesa é, incontestavelmente, uma das mais tradicionais equipas futebolísticas de S. Paulo, em decorrença de glorias conquistadas dentro do futebol. Apesar disso, como clube, situou-se sempre numa posição de insignificancia, por factores diversos. Em primeiro lugar, pela ausencia de uma grande torcida e, em segundo, pela falta de um estádio, através do qual poderia arrematarmos milhares de adeptos dentro da grande massa constituída pela colonia portuguesa de São Paulo, já que esta não tem sentido grande atracção pelas competições meramente futebolísticas.

Oportunidades diversas se apresentaram para que a Portuguesa pudesse concretizar um dos mais altos ideais do seu corpo associativo, oportunidades que, pela falta de tino administrativo revelada pelas suas successivas directorias, que têm assumido o seu comando, não foram convenientemente desfrutadas.

Castado jamais os adeptos da simpática agremiação deixaram de lutar por aquilo que foi sempre o seu maior sonho: um campo para a pratica desportiva. E um dia chegou em que esse sonho se tornou realidade. Foi quando, como fruto de uma medida de largo alcance — a criação da classe de "socios patri-

moniais" — se adquiriu o campo do Canindé, onde actualmente estão sendo realizadas obras que visam, dentro de algum tempo, transformá-lo num verdadeiro estádio desportivo, com quadras para bola-de-cabeca, voleibol hoquei, piscinas, etc... Pelas informações que nos foram prestadas, espera-se que dentro em breve dar-se-á inicio à construção das arquibancadas no campo de futebol, a fim de lá serem disputados, já no segundo turno do campeonato paulista, os jogos da Portuguesa de menor importancia.

Em face do bom caminhar que a Portuguesa tomou, é de admittir-se que a nossa colonia não deixará de prestar-lhe o apoio e necessario apoio e, nesse sentido, aqui fica o apelo de "Portugal Democratico".

PORTUGAL DEMOCRATICO

Redação:
Rua Líbero Badurê, 501
- 5.º andar, sala 506 -
Fone: 37-4681 - S. Paulo
Diretor-responsável:
Octavio Martins de Moraes

Expediente:
das 18 às 21,30 horas; excepto sábados e domingos.

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democratico" com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio. Sua vida depende dos portugueses que, apesar de emigrados, desejam que em sua patria vigore um regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma assinatura anual no valor de Cr\$ 29,00, ou uma assinatura especial, no valor de Cr\$ 100,00.

N.º avulso: Cr\$ 2,00

A CAMPANHA DE NORTON DE MATOS

Neste momento em que, no plano nacional como no internacional, tanto se fala em trazer Portugal ao campo democrático de que a ditadura salazarista o afastou há trinta anos, estamos certos de que apresenta grande interesse para os nossos leitores, recordar alguns aspectos da campanha presidencial do General Norton de Matos, em 1948-49, pois

esta baseou-se exactamente na necessidade absoluta de reconduzir o nosso país à legalidade constitucional. Movido por um erro de cálculo, que se baseava num excesso de confiança nas suas possibilidades, levado por uma pressão internacional forte, pois as democracias ocidentais, em determinada época, chegaram a considerar os regimes de Portugal da Espanha como as "ovelhas ranhosas" do rebanho, Salazar anunciou em 1948 a realização de eleições livres para a Presidência da República.

NOTAS INTERNACIONAIS



O panorama que a evolução da política internacional vai desdobrando, oferece perspectivas alentadoras para todos aqueles que almejam uma vida de paz e de prosperidade. O triunfo de uma política, que outrora era estranhamente repulsa por muitos, determinou, em escala surpreendente, o desenvolvimento da tensão internacional, de maneira a encaminhar as nações, que se regem por diferentes sistemas político-económicos, para um clima de relações harmoniosas, consubstanciadas nos princípios da "coexistência".

Este fato, de tão larga significação para a humanidade, pois que através dele podemos divisar uma era nova de paz e de progresso, não poderia deixar de ser abordado no primeiro número de "Portugal Democrático", jornal que se propõe, dentro do seu programa, apoiar e defender todos os atos que visem a defesa da paz e propugnem pela instauração no mundo de uma política que assegure a harmonia nas relações internacionais, de modo a que os esforços de todos os povos, então libertos do peso das guerras e das consequências nefastas das corridas armamentistas, sejam encaminhados para a conquista de uma vida digna e próspera.

Dentro deste espírito, devemos ressaltar o alto significado dos contactos que vêm sendo mantidos, em escala crescente, entre os dois blocos em que o mundo se divide, contactos esses que estão a permitir relações de larga compreensão e a possibilitar, quem sabe num futuro próximo, uma solução para os complexos problemas que conturbam o mundo.

Não, como portugueses, formulamos votos para que essa política de concordância entre os povos, tão fundamental ao bem estar da humanidade, produ-

za reflexos em Portugal, de modo a que o governo de Salazar possa aperceber-se das novas condições que surgem no mundo e tome, para o bem do país, medidas de carácter democrático, sem o que não poderá o povo português beneficiar-se das vantagens que uma política de relações amistosas com todo o mundo, necessariamente pode proporcionar.

P. R.

Os últimos acontecimentos na Argentina revelam o estado de insegurança do novo governo, que recorre a todos os meios de repressão para manter-se no poder. Diante dos sucessivos movimentos conspiratórios que se vêm verificando, após a queda de Peron, é lícito pensar-se que os atuais dirigentes não desfrutam da simpatia popular, sem a qual não poderão, democraticamente, governar por muito tempo.

Não é nosso propósito analisar hoje a natureza da situação argentina, sobre a qual pairam tantas incertezas e dúvidas, e sim aludir, em forma de protesto, aos monstruosos crimes que lá se vêm praticando e que partem de um governo que se intitula de cristão e que diz propor-se conduzir a nação para um estado de decência e de equilíbrio, através de métodos democráticos e humanos.

Exterminio em massa de adversários do regime, envolvimento no último movimento insurreccional, causou a mais profunda indignação e revolta em todo o mundo democrático. Vivemos uma era em que a violência, a intolerância e o crime devem ser excluídos das práticas humanas e atos de barbárie, como os praticados pelo governo de Aramburu, que revelam o mais absoluto desprezo pelos elementares princípios de humanidade, se o podem merecer a repulsa mais veemente por parte de todas as consciências honestas e democráticas.

P. R.

O problema da Argélia constitui o actual ponto crítico da luta contra o colonialismo que se vem alternadamente desencadeando em varios lugares do globo. Os diferentes episódios desse combate pela independência chamam-se Indonésia, Egipto, Indochina, Fuenia, Tunísia, Marrocos, etc.

obtiveram completo êxito, enquanto outros, como a revolta dos mau-mau foram sufocados no ovo, por falta de maturidade. O caso da Argélia, embora integrado neste conjunto, apresenta alguns pontos específicos que devem ser analisados.

Em primeiro lugar, a ambiguidade da posição americana que joga com dois elementos: a ameaça dum eventual apoio ao movimento de independência argelino, em troca de privilégios no futuro e, por outro lado, a ajuda ao Governo francês, em contra-partida, também, de maiores concessões por parte deste, sobretudo no referente à política de intimidação ao bloco oriental.

Assim, as veleidades de independência da França em relação à política de Foster Dulles, manifestadas por ocasião da visita de Mollet e Pincou a Moscou, respondem os Estados Unidos acenando com o espectro do apoio à Argélia Livre. Por outro lado, porém, mesmo dentro do quadro dos interesses norte-americanos, é lógico que o apoio às reivindicações argelinas não apresenta grande conveniência, porquanto o Governo francês, para dominar a rebelião terá que desfalar a sua contribuição militar para o Pacto do Atlântico. Calculam os observadores que a França necessitará, em Julho de 600.000 homens no norte de Africa, para "asfixiar" a revolta.

Estes numeros mostram bem a importância do movimento desencadeado pela Frente de Libertação Nacional da Argélia, e a dúvida que paira nos circuitos militares quanto às possibilidades de a França o dominar.

Pensava-se inicialmente, que se trataria para a França de uma simples "operação de polícia". Vê-se agora, contudo, que os franceses terão que disputar uma verdadeira guerra de guerrilhas, com tudo o que esta comporta de incertezas e dificuldade. Verifica-se, portanto, que o movimento (e este é o ponto mais importante) conseguiu o apoio total do povo argelino. A Argélia, tudo o que indica, está madura para a independência e não serão compromissos de gabinete que poderão domar a inflexível resolução do seu povo.

R. F.

democracia, todas as veleidades de independência. A sua política deve ter-se fornecido antes da decisão das eleições, relações pormenorizadas sobre o esfacelamento das forças oposicionistas, sobre a falta de união dos democratas, sobre a apatia dos portugueses. Senhor de todos estes elementos, e contando sempre com a arma da repressão brutal em caso de fracasso, Salazar lançou-se à aventura das eleições, contando assim poder delatar aos olhos do mundo. Pois bem, o menos que se pode dizer é que o tiro lhe saiu pela culatra. E raras vezes esta expressão terá sido empregada tão justificadamente.

Com efeito, mal as eleições foram anunciadas, embora estivesse em vigor a lei de censura, anunciou por parte das autoridades tenha sido quase clandestino, surgiu em todo o país, de norte a sul, um movimento insuspeitado, verdadeiramente comovedor na sua falta de organização, mas forte, possante, indomável, verdadeira expressão, por vezes informe, dos anseios de um povo por tanto tempo algemado. O feiticreiro, em certa altura, alarmou-se: desencadeara forças que já não podia dominar. E assistiu-se a este espectáculo inédito: um Governo, que dirige um país durante mais de vinte anos, que continue senhor de toda a máquina administrativa e policial, que não abdica, em plena campanha de eleições, de toda a organização de repressão (prisões políticas cheias, espancamentos, ameaças, censura à imprensa e à rádio), esse Governo tem tão pouca confiança nas suas possibilidades de ganhar as eleições, apesar de todos os triunfos de que dispõe, que é forçado a recuar, a usar todos os meios para impedir os seus adversários de se apresentarem às urnas, mesmo nestas condições tão desfavoráveis para eles.

E isto porque, pela estreita brecha aberta na armadura de silêncio forçado que pesa sobre o país, correu impetuoso um mar de verdade que o salazarismo não sabia como deter.

Por parte dos democratas portugueses a dificuldade da luta consistiu em dar forma a um movimento espontâneo, em canalizar a torrente avassaladora que surgiu, vinda da parte saudável do país. Isso não era, realmente, tarefa fácil. Para começar, onde encontrar, depois de mais de duas décadas de política nula, um nome capaz de simbolizar a democracia portuguesa na luta contra a ditadura? Pensou-se primeiro no Professor Doutor Egas Moniz, que no ano seguinte receberia o Prémio Nobel, figura de cientista que nunca quis pactuar com o salazarismo. Motivos de saúde, porém, impediram-no de aceitar. As atenções voltaram-se então para o General Norton de Matos que um passado de lutador impunha ao respeito de todos. E algumas

centenas de democratas, muito mais do que o numero exigido pela Constituição, lançaram a 9 de Julho de 1948, a sua candidatura. Do manifesto à Nação lançado nessa altura, transcrevemos algumas passagens, que revelam a modestia das aspirações políticas dos democratas portugueses, e a situação em que se encontra o nosso país, privado dum mínimo de condições para o exercício da vida política:

"1) Reafirmação e reconhecimento efectivo de que são atributos inamovíveis do cidadão: a) Os direitos: à vida e à existência, à liberdade pessoal, ao trabalho (com o dever correlativo), à resistência e à inviolabilidade de domicilio, ao sigillo da correspondência, à

Os Estados Unidos...

(Conclusão da 1.ª página)

O governo dos Estados Unidos iniciasse imediatamente a sua "demarche" para transferir para outro território estrangeiro, as tropas ora acampadas na Islandia, pois que, como se tornou de sobejo conhecido, foi sempre um dos grandes problemas dos dirigentes norte-americanos, o regresso dos exércitos estacionados no estrangeiro, pelos conflitos económicos e sociais a que davam origem.

Como um dos seus mais "fiéis" aliados, Portugal foi o país indicado para acomodar as tropas que possivelmente serão expulsas da Islandia. Após a primeira troca de impressões, foi escolhido o arquipelago dos Açores como acampamento ideal para os soldados lanques. Recorde-se que os americanos já aí ocupam algumas bases, vai para mais de 10 anos.

O governo salazarista incumbiu o general Humberto Delgado (seu representante no grupo permanente da NATO da SACLANI) e o general Botelho Moniz (chefe do Estado Maior das Forças Armadas) de darem rápida solução ao problema. A ocupação de mais terras de Portugal, por tropas estrangeiras, foi, assim, recebida festivamente pelo impatriótico governo que há 30 anos dirige os destinos da Nação.

E' por demais evidente o contraste entre as posições do governo da Islandia, e do governo de Portugal. Dum lado, gloriosa luta pela independência nacional; do outro, a aceitação servil dum ocupação de território pátrio por tropas estrangeiras. Justifica-se assim as palavras do Almirante Wright, regredindo-se a Portugal como "um dos países de maior confiança", cuja cooperação "tem sido sempre muito cordial e apreciada".

Idêntico pensamento deveria fazer Filipe de Espanha em 1640, acerca do traidor Miguel de Vasconcelos.

ANTONIO FERREIRA

prosperidade pessoal, ao acesso a qualquer profissão, à instrução, ao acesso à cultura, à personalidade política, à assistência médica e à segurança social, à petição aos poderes publicos; finalmente à resistência perante a pressão e à tirania.

b) O exercício das liberdades de: consciência, crença e culto publico e privado; palavras e meios de expressão; reunião e associação; acesso às fontes de informações nacionais e estrangeiras.

AS CARTAS PROIBIDAS DE ANTONIO...

(Conclusão da 2.ª página)

2) Satisfação imediata de algumas reivindicações mais instantes que decorrem do anterior e especialmente ferem a sensibilidade da opinião democrática e liberal, como sejam:

a) aplicação integral da justiça, dignificando-a como poder do Estado, totalmente independente. Abolição dos tribunais de excepção. Abolição da Polícia Política. Supressão do regime prisional que admite a tortura ou qualquer tratamento desumano dado aos presos e, como tal, extinção de campos de concentração ou de estabelecimentos afins.

b) anistia total para os presos políticos e por questões de justiça social e consequente regresso dos exilados.

c) abolição do regime de censura.

d) liberdade de organização e de actuação para os partidos políticos.

e) possibilidades de fundações, sem entraves de livros, jornais e outros meios de publicação.

f) aplicação, por lei, as ideias políticas do disposto no n. 3 do art. 8.º da Constituição política vigente, isto é, garantias de liberdade e inviolabilidade para os cidadãos ou professarem ideias políticas ou quando no exercício das actividades respectivas, sem que possa qualquer ser perseguido por tais motivos nem obrigado a responder.

3 — Desprendermo-nos da letra e do espirito do Ato Colonial e suprimir as discriminações raciais na India portuguesa, — desacerco, unindo-se à falta de liberdade civis, originaram indignação entre os goeses, a qual favoreceu as ambições estrangeiras e deu aos adversários um excelente pretexto para se apresentarem com o rotulo de "libertadores".

4 — Negociar com os habitantes da nossa India as condições dum regime de larguíssima autonomia, com o máximo possível de nosso auxilio para o seu progresso cultural e material, dentro da Comunidade das populações portuguesas.

5 — Para o bem do país (não para o meu, que não tenho quaisquer ambições a satisfazer, que detesto o sectarismo, o poder e o mando, e que não preciso de v. exa., nem do governo, para possuir a situação social que aprecio e é esta em que me vejo) rogo encarecidamente a v. exa. que tome em consideração as sugestões que aí ficam.

Fazendo votos para que consiga ler esta carta com a mesma cabal objectividade que me inspirou ao escrevê-la, e não desistindo de me considerar um marinheiro em espirito, me subscrito

De v. exa., camarada atento e obrigado.

ANTONIO SERGIO
Lisboa, 6 de agosto de 1954.

6) aplicação integral da justiça, dignificando-a como poder do Estado, totalmente independente. Abolição dos tribunais de excepção. Abolição da Polícia Política. Supressão do regime prisional que admite a tortura ou qualquer tratamento desumano dado aos presos e, como tal, extinção de campos de concentração ou de estabelecimentos afins.

7) aplicação, por lei, as ideias políticas do disposto no n. 3 do art. 8.º da Constituição política vigente, isto é, garantias de liberdade e inviolabilidade para os cidadãos ou professarem ideias políticas ou quando no exercício das actividades respectivas, sem que possa qualquer ser perseguido por tais motivos nem obrigado a responder.

8) liberdade de organização e de actuação para os partidos políticos.

9) possibilidades de fundações, sem entraves de livros, jornais e outros meios de publicação.

10) aplicação, por lei, as ideias políticas do disposto no n. 3 do art. 8.º da Constituição política vigente, isto é, garantias de liberdade e inviolabilidade para os cidadãos ou professarem ideias políticas ou quando no exercício das actividades respectivas, sem que possa qualquer ser perseguido por tais motivos nem obrigado a responder.

11) aplicação, por lei, as ideias políticas do disposto no n. 3 do art. 8.º da Constituição política vigente, isto é, garantias de liberdade e inviolabilidade para os cidadãos ou professarem ideias políticas ou quando no exercício das actividades respectivas, sem que possa qualquer ser perseguido por tais motivos nem obrigado a responder.

12) aplicação, por lei, as ideias políticas do disposto no n. 3 do art. 8.º da Constituição política vigente, isto é, garantias de liberdade e inviolabilidade para os cidadãos ou professarem ideias políticas ou quando no exercício das actividades respectivas, sem que possa qualquer ser perseguido por tais motivos nem obrigado a responder.

13) aplicação, por lei, as ideias políticas do disposto no n. 3 do art. 8.º da Constituição política vigente, isto é, garantias de liberdade e inviolabilidade para os cidadãos ou professarem ideias políticas ou quando no exercício das actividades respectivas, sem que possa qualquer ser perseguido por tais motivos nem obrigado a responder.

14) aplicação, por lei, as ideias políticas do disposto no n. 3 do art. 8.º da Constituição política vigente, isto é, garantias de liberdade e inviolabilidade para os cidadãos ou professarem ideias políticas ou quando no exercício das actividades respectivas, sem que possa qualquer ser perseguido por tais motivos nem obrigado a responder.

esta magnífica aventura; adivinhando a derrota, frente a esta exaltação patriótica, Salazar negou: ao candidato da Oposição o mínimo de garantias, o mínimo de honestidade para a realização do pleito. Nestas condições, era evidentemente impossível ao General Norton de Matos concorrer para um ato que não passaria de uma

farsa, e ao qual faltava toda dignidade, como todas as identicas, levadas a efeito pelo regime.

Não foi inútil, porém, todo o esforço dispendido nessa altura pelos democratas portugueses: a campanha presidencial de 1948-49 constituiu uma lição que estes não esqueceram: só com um união de todos, man-

ta que a "desordem nas ruas, escandalosa e aparatosa" foi substituída pela "desordem" do Estado subreptícia e silenciosa, mas muito mais destruidora.

A nossa História de 800 anos regista dois períodos em que o povo português teve a desordem nas ruas — guerras napoleónicas e queda da monarquia autocrática, no século XIX; queda da monarquia constitucional e implantação da República, no século XX. São factos. Não me parece que desses factos se possa deduzir que alguma vez houve em Portugal "desordem nas ruas" como sistema.

(1) Recentemente, o Governo Português, dado o escândalo provocado voltou atrás na sua decisão.

Diniz da Gama

ORDEM E DESORDEM

(Conclusão da 2.ª página)

tero, até agora revelada pelo Governo, parece difícil de ser desviada. Só o poderá ser se as Oposições persistirem no seu propósito de combater todas as irregularidades governamentais. Se as Oposições ficassem com os movimentos tolhidos não se sabe onde o Brasil iria parar. Sem freios que o contivessem dentro das linhas constitucionais, o governo se desmandaria irreversivelmente. Pondo de lado os factores pessoais e examinando a questão do alto, temos de reconhecer que ainda se não viu democracia próspera onde só exista um partido, que é o do Governo. A fiscalização deste pela Oposição precisa até de ser mais intensa. E etc. Aplica-se "el cuento" a Portugal. Não há mais que um partido político, não se permite a Oposição organizada, do que resul-

ta que a "desordem nas ruas, escandalosa e aparatosa" foi substituída pela "desordem" do Estado subreptícia e silenciosa, mas muito mais destruidora.

A nossa História de 800 anos regista dois períodos em que o povo português teve a desordem nas ruas — guerras napoleónicas e queda da monarquia autocrática, no século XIX; queda da monarquia constitucional e implantação da República, no século XX. São factos. Não me parece que desses factos se possa deduzir que alguma vez houve em Portugal "desordem nas ruas" como sistema.

(1) Recentemente, o Governo Português, dado o escândalo provocado voltou atrás na sua decisão.

Diniz da Gama

Conversando com Ferreira de Castro

Val para uns três anos, estando em Lisboa, o acaso proporcionou-me ser apresentado a Ferreira de Castro. Um nosso comum amigo, como tivesse de resolver uns assuntos particulares com o escritor, pegou-me no braço e anunciou:

— Já que estás aqui, vou-te apresentar ao Ferreira de Castro.

Ótimo! pensei, sempre é bom conhecer de perto um romancista famoso.

Pálido, mal referido da operação a que se submettera, foi ele mesmo quem nos abriu a porta.

Logo fui conquistado pela sua simplicidade, pela maneira chã e directa como nos contou algumas passagens de sua vida. Rimos gostosamente quando nos contou que o dono da fazenda "Paralão", ao ser informado de que sua propriedade se tornara famosa através de "A Selva", atalhara:

— Se ele é escritor não me interessa. Mas que é um português safado, isso é...

Depois vieram recordações, pressas à criação de outras obras. Agora trabalhava na "Missão".

— Olhe, esta novela, por exemplo, traz-me angustiado há quase seis meses. E estou preso apenas a um capítulo, ao último capítulo. Já o escrevi e reescrevi não sei quantas ve-

zes. Um, porque sabia de antemão que a Censura não o deixaria passar; outras, porque escrito para que a Censura desse, não me satisfazia. A pior censura, caro amigo, não é o organismo denominado Comissão de Censura, mas sim aquela que vive junto com o escritor, dentro de sua gaveta, sobre a sua secretária, que diariamente lhe aguilhões o cérebro e o atormenta.

Era já noitinha quando nos despedimos. A dois passos ficava o Marquês de Pombal. Acendiam-se as primeiras luzes. O meu amigo, notando-me a siseudez, despartou-me:

— Homem, que cara é essa?

— Tu ouviste aquela história da censura?

— O melhor é não te ralares. Há muito tempo que já não vinhas a Portugal, e por isso é que estranhas. Porque se te ralares demais, ainda vais ver o sol aos quadrádnhos...

Não pude seguir o conselho do meu amigo. Não cheguei a ver o sol aos quadrádnhos (...), mas ainda hoje continuo a usar o sol ao pensar que o escritor português mais traduzido em todo o mundo, vive amargurado em sua própria pátria; ao pesar a torva ameaça que hoje paira sobre a brilhante tradição cultural de um povo.

Armando Serra

UM DOS MAIS PREMENTES PROBLEMAS SOCIAIS DE PORTUGAL

Por BARBARA BORBA

No "Congresso de Protecção à Infancia", há pouco acontecido em Lisboa, um sacerdote católico em pleno uso das suas prerrogativas eclesásticas, o Padre Américo, (a maior autoridade portuguesa no assunto da assistência à mãe solteira e à criança sem pai (verdadeiro apóstolo dessa cruzada de sociologia cristã), após a sua autoridade em afirmações de clamante justiça mas que, de tão raras numa boca masculina, causaram mais atenção pela novidade que pelo determinismo do seu intrínseco conteúdo. E' que não foi um comunista que as disse — foi um padre católico; e que não foi uma mulher que pugnou por mais justiça para as mulheres — foi um homem.

Houve tempos em que a sociedade portuguesa era tão modesta em sua ética que raramente se dava, entre nós, um caso de filiação ilegítima. Nas ultimas décadas o fator economico da miséria degradou o nosso povo em todos os campos da moralidade. Estatísticas oficiais, quer internacionais e feitas pela ONU, quer internas e realizadas pelos serviços do Sub-Secretariado da Assistência, em Lisboa (estas são secretas) mostram que, na Europa, e em relação à população, Portugal é presentemente o País com maior numero de filhos ilegítimos, isto é, aquele em que o homem mais se escusa a compartilhar das responsabilidades economicas e educacionais correspondentes à criação das crianças que gera. Não se atribua o fenómeno a qualquer causa de perversidade especifica dos portugueses — de que nunca deram manifestações. A realidade autentica é a miséria,

a profunda miséria em que caiu o povo português, hoje o mais pobre e de mais baixo nivel de vida em toda a Europa. *Pauvrete, c'est toi la courtesane...* Já o disse Victor Hugo. Quem consultar qualquer estatística da ONU, da Unesco, etc., referente aos problemas sociais portugueses, encontra a confirmação do que digo. Nas épocas catastróficas a lei é a do salve-se quem puder, lei biológica, superior às escritas e consuetudinárias, superior às dos costumes.

Transcrevo de "O Seculo", de Lisboa, estas palavras ditas pelo padre Américo no referido Congresso:

"O fato de haver dois códigos de moral, diferentes, fomenta o vicio do homem à custa do sacrificio permanente da mulher. Na verdade, e em virtude de leitura errada do Decálogo, o vicio enche o mundo de filhos sem pai e de mulheres difamadas. Vemos por toda a parte que a sedução e o abandono já não são delitos sociais! Entraram nos costumes! São acontecimentos normais! Os legisladores parecem esquecer que, muito melhor do que abrir asilos e sustentar neles filhos chamados "da infamia", seria impedir a infamia que os produz. Melhor do que abrir maternidades para mulheres ditas desonradas, é evitar a prostituição e a tolerancia que faz da sua vida um joguete do homem que se chama e se diz honrado. A maior parte das células de identidade dos rapazes dos nossos asilos e Casas do Galato inverte que suas mães os deram à luz por emergência, em Maternidade, e sem amparo de família. São partos dolorosos; não apenas pela dor física, que essa é prescrita pelo Evangelho. Dor que Deus canoniza é, por isso mesmo, meritória e construtiva. Mas no caso que citei, não. Ali há ainda outra dor, e essa é vergonhosa. Falta o homem responsável. Não pode a mãe sentir a alegria integral de dar um filho ao mundo. O filho que lhe cai nos braços, nessas condições, é um tropeço... Esmaga-a. E vai ficar fora da lei, marcado de ferrete, porque não tem pai. E como criá-lo? E que imagina para isso a sociedade? Que remédio propõe e proclama? Abrir asilos! As Casas do Galato, onde recolhemos os rapazes abandonados, nos domingos são invadidas por visitantes e é frequente ouvir-se, de bocas desvaídas de tino, frases como estas: "Que pena não haver mais obras assim! É preciso abrir mais asilos! É conveniente haver onde se recolham as crianças abandonadas!"

Ora isto indica que a consciência do nosso povo labora em erro e discorre erroneamente. O remédio é outro. E nós temos de reagir contra o erro e ensinar os preceitos do Decálogo como eles são. É preciso denunciar o mal, ir contra a doutrina fácil e errada. Todos somos poucos para pregar sobre os tetos contra o que às escondidas se pratica. Porque o erro, o mal, é o homem quem o pratica, gerando filhos e esquivando-se, depois, às responsabilidades de os criar, de lhes dar o nome, de ser o legitimo esposo da mãe dos seus filhos".

Como conclusão do seu discurso longo propôs o padre Américo que se reformasse a lei de investigação da paternidade legítima; que se criasse para certos casos uma lei com processo sumário, de aplicação imediata e alçada do regeedor; que a lei seja severa para os sedutores, com castigos pesados, que sirvam de emenda a uns e de espelho para outros; que nenhuns filhos sejam considerados ilegítimos, porque somente os pais o são; que se a consciência não obriga aos homens ao cumprimento de um dos seus deveres fundamentais, que a lei os obrigue; que nenhuma mulher possa ser considerada desonrada por ter acreditado nas promessas de um homem que se desentrou, não as cumprindo; que a sociedade se defenda mais inteligentemente do que criando asilos, prisões, manicômios, sanatórios, e Casas do Galato. Palavras que resumem o seu depoimento.

Dissecando o problema social das crianças abandonadas, e consequentemente o dos pais legítimos e das mães sem marido, o clamor do padre Américo verbera os homens e não as mulheres. E isso mesmo o que aponto como novidade, no panorama moral dos costumes portugueses! O homem português, mesmo o de formação cristã, julga-se desobrigado de obedecer ao 6.º mandamento do Decálogo, e descarrega na virtude da mulher a obrigação de o compeli-lo ao cumprimento duma lei divina e duma atitude de consciência humana.

Sempre me feriu o senso judicativo reconhecer a disparidade dos Códigos da honra, em uso no mundo para homens e mulheres.

Que se atribua um sentido de honra ao uso da sexualidade e depois se cinda essa temática em dois prismas divergentes, como se o gênero humano não fosse formado de duas metades forçadas a encontro de acordo para a propagação da vida — é anomalia que escapa à lógica de um entendimento não sofisticado. Homens e mulheres não possuem, sozinhos, a herança da vida humana. Necessitam de um acordo em amor para se reproduzirem, a Natureza dotou-os de elementos biológicos e fisiológicos para esse fim, o concurso de ambos é indispensável nesse ato criador. — e contudo se o consumarem sem o preambulo de uma cerimonia de mero caracter social recaí sobre um dos componentes do par culposo a inteira responsabilidade de uma ação pertença dos dois, responsabilidade que, muitas vezes, atinge a mulher até a desonra! Nenhum código penal, nenhuma justiça de Tribunal, seria capaz de punir um par criminoso de direito comum com a iniquidade dos costumes portugueses, ao macularem a mulher que foi cúmplice de um homem num ato de amor desprovido de consentimento social.

Quer-me parecer, e opino aqui pela pragmatica inovadora, que a honra não é chamada a este debate. A evolução social e moral do ultimo século pôs em uso o casamento civil e seria absurdo admitir que registro em livro burocrático de toros de honrabilidade ao cumprimento duma missão vital e cuja magnitude excede as leis humanas até as aproximadas de presunções divinas. O que julgo indispensavel é fixar-se e aplicar-se o principio enunciado pelo padre Américo, quanto à partilha de responsabilidades iguais pelo homem e a mulher, nesta paisagem moral. Igualdade nas responsabilidades e sanções. Se a desonra atinge o ato de amor clandestino — é de justiça que se reparta em doses iguais pelos seus dois cúmplices.

Ultrapassa o meu entendimento — e aigo sempre o padre Américo na sua precatória — o fato de ser mundanamente bem visto o homem em tentativas de sedução e se vexa com a desonra a mulher que acreditou nos seus juramentos. Desonra, está na ação de enganar e mentir, prometer para atrair e traír, servir-se de engodos para obter o que se não conseguiria sem má fé; desonra, a meu ver, está em se proceder com uma mulher, para conseguir o seu amor, como se não procederia com um homem em qualquer negociação; desonra, a meu ver, está em pretender alhear-se das responsabilidades inerentes ao ato mais importante e nobre que se pratica na vida; desonra, a meu ver, está na cobardia de alijar sobre o mais fraco, a mulher, as culpas de um crime — se acaso se pode empregar o termo crime neste assunto — que foi comum às duas metades de Antropos; desonra, a meu ver, é o estado social que não pode ser adquirido em consequência de atos alheios; desonra, a meu ver, é forma de vinda social que anda há muito, desavinda com a honra de certos julgadores.

O meu fundo filosófico, de radicalidade cristã, nos ultimos anos evoluiu e desdobrou-se por vias mais racionalistas que ortodoxas. Decerto por isso me parecem antiquados alguns pontos da ética do padre Américo e im-

(conclui na pag. seguinte).

ASSUNTOS COLONIAIS

Um emaranhado de problemas de ordem colonial entende-se como uma cecia de exploração que pesa sobre os Açores, Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, Goa, Damão e Diu, Macau e Timor. E ao frisararmos essa cadeia de problemas coloniais, não pretendemos de modo algum diminuir o conceito de Pátria Portuguesa nem tirar-lhe louros da coroa de glória que o seu povo humilde e afectivo tão laboriosamente tecu. Mas, muito menos ainda, sequer permitiremos que a sombra de glórias passadas e feitos que apenas a historia tem direito a registrar, os povos que formam Portugal continuem na sua maioria absoluta sem os mais elementares

portugueses (quando não enquadrados na máquina de rendimento colonialista, como forçã de controle e de produção forçada). E que, quando defendemos o direito de voto e a liberdade dos homens e das mulheres de Portugal escolhe-rem os seus representantes, se negue esse direito as populações de Africa portuguesa, por exemplo, sob o estafado conceito de que não se encontram ainda "civilizadas". Se, para Portugal Metropolitano, de modo algum poderemos consentir que os representantes do povo sejam escolhidos e impostos em pseudo-eleções, da mesma forma o não poderemos consentir para os povos de Portugal Ultramarino, de mais a mais nin-



Cena típica dum mercado moçambicano.

direitos de cidadania, a serem explorados e escravizados, impedidos por todos os processos de que a força e a violência dispõe, de ascenderem progressiva e humanamente, de se manifestarem. Queremos, sim, reconhecer, principalmente, que não há defesa de prestigio de branco que justifique a permanente escravidão das massas indígenas e as barreiras de armas e leis impedindo a ascensão social dos nativos — quer eles sejam africanos ou asiáticos, ou até descendentes de

da agravado neste caso por esses representantes serem sempre elementos estranhos e inimigos dos seus interesses coletivos...

Isto, elementarmente, quanto ao panorama político; no que se refere aos panoramas economico e social, os problemas são ainda mais agudos, mais dolorosos e confrangedores, por implicarem onerosas dependências a interesses estrangeiros, dum servilismo vergonhoso, que não poderemos esconder.

Adelino Amaral

Adeus à Hora da Largada

Minha Mãe (inédito)

(todas as mães negras
cujos filhos partiram).
Tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis

Has a vida
Matou em mim essa mistica esperança

Eu já não espero
sou aquele por quem se espera

Sou eu minha Mãe
A esperança somos nós
os teus filhos
que partiram com uma fé que alimenta a Vida

Hoje
somos as crianças nuas das senzalas do mato
os garotos sem-escola a jogar a bola de trapos
nos areais ao meio-dia
somos nós mesmos
os contralados a queimar vida nos cafezais
os homens negros ignorantes
que devem respeitar o homem branco
e temer o rico
somos os teus filhos
dos barros de pretos
clem onde não chega a luz electrica
os homens bebados a cair
abandonados ao ritmo dum batuque de morte
teus filhos
com fome
com sede
com vergonha de te chamarmos Mãe
com medo de atravessar as ruas
com medo dos homens
nós mesmos!

Amanhã
entovaremos hinos à liberdade
quando comemormos
o data da abolição da escravatura

Nós vamos em busca da luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
vão em busca da Vida.

AGOSTINHO NETO

(foem poeta angolano atualmente encarcerado na metropole)

PAGINA CULTURAL

Esta página tem por fim, dentro de uma função de esclarecimento crítico, apresentar nos seus reduzidos limites, toda a possível contribuição literária e artística para a valorização progressiva da cultura portuguesa, nas suas mais variadas e típicas modalidades de expressão criadora, que vão desde o movimento poético que é uma constante da nossa cultura, até à renovação trazida pelo romance neo-realista ao conhecimento social do povo português; desde os estudos críticos procurando enquadrar as actividades intelectuais no nosso panorama ecológico e observando-a através dos elementos económico-políticos, até ao encontro com as massas populares, dentro dessas actividades.

Dado que Portugal se estende por quatro continentes, merecer-nos-á também especial atenção a literatura portuguesa ultramarina. Assim, revelaremos todos os movimentos deste tipo, desde o esmagado movimento literário cabo-verdeano (dando-nos uma cultura nascida do encontro dos ritmos negros com a cultura portuguesa e a literatura brasileira) até às tentativas macaístas (proporelizando uma nova procura de expressão derivada do encontro de português com o chinês).

Tudo isso, aqui, se procurará destacar, sempre que possível, dum modo amplamente aberto e humanamente compreensível.



VENDEDEIRA é um dos expressivos desenhos do jovem artista português Lima de Freitas.

Aderente, desde os seus primeiros passos artísticos ao movimento realista português, Lima de Freitas tem-se empenhado na tarefa de nos mostrar as contradições do real, vistas dinamicamente.

Tem participado de varias exposições colectivas e individuais, mais familiarizado com os "segredos" do desenho, L.F. mostra-se neste campo muito mais à vontade do que na pintura.

Ilustrou recentemente o D. Quixote (tradução de Aquilino Ribeiro). Algumas dessas ilustrações foram escolhidas para figurar ao lado das de Gustave Doré e outros, no numero que a revista francesa "Europe" dedicou a Cervantes.

O BISPO DE AVEIRO A FAVOR DA...

(Conclusão da 1ª pagina)

Far-se a participar na luta pela anistia? De um momento para o outro? De um momento motivada ao principio pela ameaça do Bié, ganha o coração de todo o povo. Em Novembro de 1955, a "Comissão Organizadora dos Festejos de 5 de Outubro", recolheu, em poucos dias, 7 mil assinaturas para um documento endereçado à Assembleia Nacional e onde se pedia a anistia para todos os portugueses "que tenham sofrido sanções por motivos políticos ou de opinião, presos ou não presos, julgados ou a julgar, sujeitos a qualquer pena ou medidas de segurança, presentes no país, ou que as circunstâncias fossem a exilar-se".

Entre as 7 mil assinaturas, destacavam-se a de Sua Eminência o BISPO DE AVEIRO, e de mais 12 sacerdotes.

Foi assim confirmado pelo alto clero, que a anistia se tornou hoje uma exigência espiritual de todo o homem cristão, e que traz graves dificuldades ao regime salazarista. Aliás, a ditadura, que por longos anos se fantasiou de cristã, para iludir o sentimento religioso do povo português,

foi recentemente obrigada a reprimir o congresso da Juventude Operária Católica, quando nele foram denunciadas as condições desumanas e degradantes em que vive a maioria dos trabalhadores portugueses...

Imigrados no Brasil, só através de "Portugal Democrático", muitos de nós podem tomar conhecimento desse movimento que vai ganhando a opinião publica de nosso país. Talvez custe ao português admirador de Salazar, aceitar a existência duma repressão tão cruel em sua patria. Não lhe pedimos que modifique as suas opiniões políticas, mas que seja realista e medite quais os motivos que teriam levado uma personalidade como S. Eminência, o Bispo de Aveiro, a assinar um documento considerado subversivo pelas autoridades portuguesas. Tanto bastará, acreditamos, para que, sem renunciar a suas concepções, não hesite em reclamar a liberdade desses nossos compatriotas, perseguidos, martirizados, presos, e tantas vezes submetidos a tão longas e desumanas penas. A. S.

O DIA DE CAMÕES

Comemorou-se no dia 10 de Junho o DIA DE CAMÕES. Dia da Raça, Dia de Portugal lhe tem chamado nestes últimos anos, o regime português, procurando desviar o verdadeiro sentido desta comemoração e aproveitando, em benefício da sua propaganda, a glória do épico nacional.

Assim, este ano a CASA DE PORTUGAL organizou entre os jornalistas brasileiros, um concurso cujo premio se destina a galardoar o melhor artigo publicado, até esta data, na imprensa de Brasil, sobre o poeta português.

Tal iniciativa, aparentemente digna de nosso aplauso merece contudo alguns reparos. Luis de Camões é uma gloria na nação portuguesa. Sempre assim foi considerado, através da nossa Historia. É preciso, porém, não deixar explorar o valor de Camões, patrimonio cultural do nosso Povo, legado precioso que sucessivas gerações nos confiaram, em benefício de um regime que tem atacado implacavelmente esse fundo cultural e destruido sistematicamente tal legado.

Camões foi, e será sempre, um motivo de orgulho para todo português consciente. Não devemos, no entanto consentir em que aproveitem esse orgulho patriótico, legítimo e justo, aqueles, precisamente, que tudo têm feito para o desviar no sentido de um patriotismo, como dizia Eça de Queiroz, ridiculo e vazio.

Camões pertence a todos nós, só com liberdade, com melhores condições de vida, com plenas possibilidades de acesso à cultura, poderá o povo português, afinal o principal interessado, apreender o verdadeiro significado da sua gloria. Tudo quanto se faça fora disso, é pura demagogia. Não esqueçamos também que os próprios intelectuais portugueses não dispõem da liberdade de pensamento indispensavel para o estudo e o aprofundamento da mensagem transmitida por Camões. Os mais progressistas, tentando ludibriar uma censura severa, procuram exprimir nas entrelinhas o seu verdadeiro pensamento sobre o Poeta. É este o caso do dr. Antonio José Saralva, membro do Conselho Mundial da Paz e intelectual de alto valor, cuja independencia de espirito já lhe valeu alguns meses de prisão, por duas vezes, nas cadeias de Salazar. Da sua obra Historia da Literatura Portuguesa (Lisboa, 1950) transcrevemos os seguintes trechos sobre Camões, que constituem a melhor contribuição que podemos oferecer ao nossos leitores nesta data:

"A vida aventureira de Luis de Camões iniciou-se numa experiencia que faltava a SÁ MIRANDA, Antonio Ferreira, Bernardino ou qualquer outro poeta palaciano. Não só foi mais ampla a sua experiencia indivi-

dual, permitindo-lhe resgar as estreitas convenções do amor cortez mas, sobretudo, a sua experiencia social, que lhe deu temas para uma critica da administração indiana, e até para considerações mais arriscadas sobre a legitimidade da ordem social dentro da qual se bateu.

Esta experiencia vem fecundar uma cultura livre e aberta que, em contradição com a vida certa e agitada de Camões nos aparece vasta, minuciosa e completa. A obra de Camões reflete os multiplos aspectos culturais da Renascença portuguesa. Reflete o Humanismo, através da influencia profunda de Petrarca, que chega a ser decalcado por Camões, de Garcilaso, de Vergilio e Ovidio. O conhecimento pormenorizado da historia e mitologia antigas. Reflete a cultura científica, deixando transparecer a leitura de Pedro Nunes e de roteiros ou tratados de Geografia, que completavam o seu conhecimento pessoal dos países descobertos. Reflete a historiografia quincentista, pelo aproveitamento da matéria historica de João de Barros e até de algumas das suas figuras de estilo, e de Fernão Lopes de Castanheda. Reflete a cultura filológica pelo minucioso conhecimento da lingua que tenta, à sua maneira, nobilitar pela imitação do latim, introduzindo numerosos neologismos vocabulares e gramaticais.

O contraste entre esta preparação de letrado e universitario, que o equiparava aos mais premiados e considerados humanistas portugueses seus contemporaneos e a sua propria degradação social, não deixou de reflectir-se nos temas da poesia camoneana.

Além dos desconcertos do amor, Camões experimentou os desconcertos do Mundo. Meditando sobre o seu proprio destino verificava como os premios, castigos e condições estão mal repartidos e nada têm que ver com o mérito de cada um. A riqueza e o mando pertencem não aos mais sábios e virtuosos mas aos que roubam, assassinaem e possuem a mulher do proximo. O que é, na realidade, a hierarquia social? Um "regimento confuso", resultante de um "antigo abuso", que dá o mando a aqueles que o utilizam para praticar injustiças. Que são os reis? Sua ambição é

"Fartar esta sede cukiçosa De querer dominar e mandar tudo Com fama larga e pompa sumptuosa".

Mas o vulgo não vale mais; em vez de se guiar pela razão, guia-se "por uma opinião e usança antiga". Persuadindo-se de que o Mundo está ordenado de maneira a favorecer os maus, dir Camões que resolveu fazer-se mau também. Mas nem esta lei geral se mostrou

verdadeira, porque foi castigado.

É portanto inútil tentar encontrar no Mundo uma ordem racional. É resumindo o espirito do Elogio da Loucura de Erasmo, Camões repetiu a historia de um certo Tristão que, tendo entouquecido passou a viver feliz, imaginando que lhe pertenciam as netas que vinham ao porto, quando os medeiros o restituiram à razão, lamentou-se por o serem tirado "da mais quietude e vive em tuco que nunca pode ter nenhuma ansiedade".

Este optimismo acerca da justiça e da ordem do Mundo não impedem Camões de castigar as injustiças que entra. Nos Disparates da India mette a ridiculo os telexões que alcançavam grandes riquezas os baldguais, que mostram grande valentia na paz, enquanto na guerra mostram as costas, os hipocritas de longa traidia, os que em pele de cordeiro, os funcionários que vendem por dinheiro a justiça, e também os trovadores e namorados contentes em si. Camões resume num raião popular o sentido do seu sátira: Onde o abade canta, já junta. E dirigiu-se aos ministros do Rei:

"Por que não podes um frouxo Ao roubar que vai sem medo Debaixo do bom governo?"

HEITOR CORREIA

Noticiario

A aula proferida no "Instituto Português Afranio Peixoto", no Rio de Janeiro, por Elyza de Vasconcelos sobre "Augusto Gil" — o homem amargurado, o artista do verso e o poeta enternecido", veio publicada no "Journal da Comercio" de 27 de Maio ltimo.

"Cancioneiro de Lisboa" é o proximo livro do poeta "nacionalista" João de Castro Góes, em forma de antologia de todos os que cantaram Lisboa desde o começo da nacionalidade.

Na mesma reunião do Conselho Mundial da Paz, realizada em Helsinque (Finlandia) foram eleitos membros os intelectuais portugueses Dr. Antonio Saralva; o primeiro catedrático demittido a Faculdade de Ciencias do Porto, e o segundo, antigo assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, e autor da monumental Historia da Cultura em Portugal.



SONETO

Acusam-me da magoa e desalento,
como se toda a pena dos meus versos
não fosse carne vossa, homens dispersos,
e a minha dor a tua pensamento!

Hei-de cantar-vos a beleza um dia,
quando a luz que não nega abrir o escuro
da noite que nos cerca como um muro,
e chegres a teus reinos, alegria!

Entretanto, deixai que me não cale:
Até que o muro fenda, a treva estale,
Seja a tristeza o vinho da vingança.

A minha voz de morte é a voz da luta:
Se quem confia a propria dor percuta,
maior gloria tem em ter esperança

CARLOS DE OLIVEIRA

Um dos mais prementes...

(Conclusão da pagina anterior)
permeável aos modernos conceitos educacionais. Esta revista não me pea de o aplaudir e de ser arauto do seu postulado: NÃO HA FILHOS ILEGITIMOS; OS PAIS E QUE O SÃO. Verdade que evoca os revolucionários versículos dos Evangelhos.

Não tenho procuração das mulheres para lhe agradecer. Mas estou afeita a que a minha voz soe ao longe e a fazer-me ouvir quando outros se calam. Manifesto-me agradecida ao padre Américo e dou relevo à sua palavra autorizada, repetindo: NÃO É O DEPOIMENTO DE UM COMUNISTA — É O DE UM PADRE CATOLICO.

Barbara Berto

PORTUGAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

Por nos parecer digno de atenção dos nossos leitores, transcrevemos o seguinte artigo do "Diário de Notícias" 20-4-1956 do Rio de Janeiro que apresenta uma análise lucida e clara da atual situação no nosso país. Escrito por alguém que junta ao conhecimento dos problemas portugueses uma vistosa amizade por tudo quanto é nosso, este artigo de um jornal moderado brasileiro, será, estamos certos, apreciado pelos leitores de "Portugal Democrático".

Confirma o telegrama que nitem divulgamos, sobre previsíveis mudanças no governo português, e rumor insustentado de uma reforma política no vertice da administração de Lisboa tendo por símbolo a ascensão do sr. Marcelo Caetano à Presidência do Conselho e a retirada definitiva do sr. Oliveira Salazar da vida pública. A saída do Ministério da Guerra do coronel Santos Costa que era uma espécie de subpersonalidade de Salazar, e fator importante da coesão do Exército e do apoio ao governo, indica de uma maneira clara que algumas transformações se avizinhavam. Seria ingenuo pensar que se trata de uma transição para a democracia, mas não deve menosprezar-se o fato menos pelas intenções do sr. Marcelo Caetano do que pelas condições que o ditam e pelo simples desaparecimento da força polarizadora dos diferentes grupos antidemocráticos no país.

O "Delfim" tentará uma simples adaptação do salazarismo às novas condições internas e internacionais, mas trincheiras importantes vão abrir-se e através delas poderá passar uma gradativa afirmação de liberdade por um compromisso, insensível indezido mas inevitável do governo com teses que a longo prazo signifiquem a sua destruição em termos de ditadura. Salazar, com as suas estradas-vitrinas, o equilíbrio das finanças realizado à custa do bem estar da classe trabalhadora, e a supressão das liberdades públicas e dos direitos fundamentais do homem não convenceu o país e retirou-se sem ter conseguido a pacificação da família portuguesa. Aplicou no Palácio de São Bento princípios que em Santa Comba Dão teriam sido brilhantes mas que transpostos à escala de um país com uma tradição de foros de Cortes, de um século de liberalismo constituíram um elemento estranho intruso inassimilável e por isso mesmo ficando na superfície, numa crosta blindada sem infiltração na alma nacional.

XXX

Retira-se quando já está superado mesmo para o grupo que o apoiou. Afirma-se com a crise europeia, e só em 1933, com a vitória do nazismo tendo conseguido transformar o estado dando-lhe a feição atual, pela proclamação de novos princípios, a supressão do sindicalismo independente a liquidação do resto da liberdade de imprensa, a imposição do corporativismo. Com a vitória anti-nazista de 1945 terminou de fato a sua razão de ser histórica, mas a guerra fria deu-lhe um suplemento de vida. A guerra fria, mesmo subsistindo, encaminha-se para formulas muito mais sutis em que precisamente a presença de estados ditatoriais no ocidente apenas prejudicam a luta nos termos em que hoje se coloca; luta de ideias e não de guerra, confronto de valores e não uma cruzada de destruição.

E' neste sentido que o sr. Marcelo Caetano irá impugnar algumas formulas do salazarismo mesmo quando ten-

te desesperadamente conservar as estruturas fundamentais.

Se o professor Salazar desaparecesse no período nazista poderia dar lugar a um ditador mais exigente, hoje terá de ser substituído por alguém mesmo quando elevado das suas propensões políticas com a noção de que se impõe torná-las mais plasticas no domínio da convivência interna e do mundo internacional.

Por isso o sr. Marcelo Caetano é favorável à supressão de responsabilidades mediante um código de responsabilidades. E' o campo internacional: uma lapidação de arestas podendo levar através da ONU, a uma aproximação mesmo sem reconhecimento com estados até agora considerados em Portugal de essência demoníaca. Esta viragem não podia ser realizada por Salazar.

Por outro lado a sua formação e as suas características de administrador insensível às aspirações da massa trabalhadora colocam-no fora da evolução moderna que se operou a pouco e pouco, no país como fenómeno universal.

Pensar em seres e não em números é pedir-lhe demais,

e ainda por isso ele representa para a própria classe dirigente portuguesa, neste momento um estorvo, podendo a sua falta de elasticidade traduzir-se mais tarde em soluções extremistas e irremediáveis. Quem afasta Salazar do poder não é o sr. Marcelo Caetano, nem a oposição, mas a História, que foi sua cúmplice e hoje se transformou em sua inimiga. Mas como a História age em linhas mais profundas, e além dos limites previsíveis ao que a vontade dos homens deseja, o seu labor vai continuar a obra de erosão como talvez o sr. Marcelo Caetano saiba com tristeza mais tarde, e o país tão cedo quanto possível, com alegria.

XXX

Amigos de Portugal o que desejamos é o bem estar do povo irmão. E como democratas desejamos ainda que um dia quando de uma forma ou de outra a liberdade se afirmar essa liberdade não signifique o regresso a um passado pouco dignificante e que provocou exatamente a situação atual. Porque somos democratas desejamos que a futura república mantenha o valor da moeda não permita a desordem nas ruas como

SALAZAR E A CULTURA PORTUGUESA

Aos intelectuais portugueses que se encontram no Brasil cabe um papel de relevo na desmistificação da propaganda salazarista, que apresenta o regime, perante o publico brasileiro, como o impulsor de uma renovação cultural no nosso país.

Este jornal está aberto a quantos pretendam, dentro do nível de dignidade que é nossa tarefa, contribuir para essa tarefa. Um dos artigos com mais interesse, em tal sentido, publicando nos últimos tempos no Brasil e o que, sob o titulo "Cultura e Diplomacia", saiu em 24 do mês passado no "Estado de São Paulo", de onde, com a devida venia, transcrevemos alguns trechos:

E' seu autor o escritor português Casais Monteiro, radicado no Brasil há dois anos. Seria ousadia da nossa parte pretender apresentá-lo aos nossos leitores. Casais Monteiro que, como tantos intelectuais portugueses conheceu as dificuldades com que luta quem pretenda trabalhar em assuntos culturais em Portugal, toca, neste magnifico artigo, num problema que nos interessa de perto: o criminoso desinteresse dos governantes portugueses pela difusão da nossa cultura no Brasil.

A mentalidade nacional, política aparte, parece definir-se pela crença em que a cultura portuguesa se espalha no Brasil por obra do divino Espírito Santo. Caio em pasmo quando verifico um ato de inteligência, como foi aquela oferta duma magnífica biblioteca à Universidade de São Paulo; mas fiquei à espera de outros milagres, que todavia não vieram. Quando visitei a Faculdade de Filosofia de Porto Alegre, e a caçula das Faculdades Brasileiras, a de Florianópolis — admirável fruto da perseverança dum "fanático" da cultura, o dr. Alberto Fontes — tive ocasião de verificar a ausência dos nossos livros, a não ser daqueles que foram comprados com dinheiro brasileiro, ou graças ao esforço conjugado — no segundo caso — de brasileiros e portugueses. Eu ia jurar que acontece o mesmo por esse país afora. Já foi o senhor Embaixador de Portugal a todas essas Faculdades espalhadas por este imenso País,

e já pensou em recomendar ao seu governo uma contribuição que não iria desequilibrar o precioso equilíbrio orçamental do nosso país, que nem sequer iria prejudicar os orçamentos secretos com polícias e propagandas, porque seria uma gota de água no oceano?

Muito menos do que isso, não pensou o nosso Embaixador em requerer um auxiliar competente em matéria de cultura luso-brasileira, capaz de fazer dessa embaixada um centro ativo, eficiente e sagaz de intercambio cultural. Não, o senhor embaixador não pensou, não pensou o nosso Ministro dos Negocios Estrangeiros, não pensou ninguém em situação de o poder realizar, por estas duas magnas razões: a primeira, já aludida, pela qual se dá como obvio que não é preciso fazer nada para espalhar a nossa cultura, creio que pela suposição de que lavamos as mãos de tal causa, e ficamos à espera que, por milagre, os nossos escritores sejam aqui lidos, os nossos livros caiam miraculosamente, trazidos por papai Noel, pela chaminé das bibliotecas, dos institutos culturais, das Universidades, e os frutos da nossa cultura cheguem às mãos dos que estão à espera deles — e que, como nem os conhecem, se voltam, naturalmente, para países que, não tendo com o Brasil laços que por alguma forma se possam comparar aos que ligam este País a Portugal, fazem toda a espécie de esforços para a difusão das respectivas culturas.

Mas temos a outra razão. Ah, triste razão: é que, em Portugal, há uma "política do espirito"; esta é essencialmente representada pela policia, pela censura (pelas varias censuras) e pelo Secretario Nacional da Informação. A policia, como é tradição, prende; a censura proibe; e o S. N. I. — esse, simplesmente, atrapalha. A "política do espirito" consiste, efetivamente, em chamar subversivas a todas as atividades intelectuais que não são aprovadas pelo Estado Novo, e em dividir por aquelas três mencionadas potencias o glorioso esforço de lhes impedir a difusão.

Ora sucede que o Estado Novo nem para si é bom, isto é que não tendo sido capaz de criar uma cultura modelada

sistema, a indisciplina administrativa como uma fatalidade inerente à ausência da policia.

Permitir isso (embora estejamos certos de que não será permitido) seria justificar uma nova ditadura e um sebastianismo salazarista incurável. Seria o resultado mais paradoxal de um regresso à liberdade que só pode ser evitado fazendo em termos de realidade nacional o que hoje está feito em termos de realidade para uma minoria e ainda observando sempre, o pleno exercicio dos direitos humanos.

Para já desejamos ao povo português que atravesse as diferentes fases em perspectiva proxima ou longinqua, sem grandes sofrimentos e com a noção clara de que o sentido da História de que beneficia é o sentido de uma maior compreensão humana. A futura democracia quando consiga, mais tarde ou mais cedo, e de uma forma ou outra, vencer, tem de considerar a sua defesa em termos viris mas, ao mesmo tempo nunca esquecendo que sem uma margem de tolerancia e de convivencia cívica podem construir-se imperios mas não pode construir-se o futuro.

ECOS

No Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos publicação do Instituto Nacional de Estatística (português, observam-se as seguintes cifras concernentes à Imposição Tributária:

Ano 1937 — 681.000.000 escudos

Ano 1947 — 1.780.000.000 escudos

Ano 1954 — 2.585.000.000 escudos

Calcula-se que a partir de 1954 seja atingida a cifra dos 4 bilhões de escudos o que significa um maior sacrificio para o tão já castigado povo português.

A Assistência Nacional aos Tuberculosos computa nos seus registros 135.000 doentes e uma disponibilidade de 700 camas.

Recentemente, o governo português decidiu que as despesas hospitalares dos tuberculosos deveriam, em grande parte, ser custeadas por seus familiares.

Nas zonas textéis de Santo Tirso, Vizela e Negreiros, muitas fabricas suspenderam a produção. Alegam os industriais que uma das causas da crise consiste no aumento progressivo dos encargos oficiais (impostos, contribuições, caixa de Previdência, etc.)

Para sufocar a revolta que se esboçava entre o operariado lançado ao desemprego, a policia politica salazarista procedeu a prisões e outras formas de repressão.

Pouca gente sabe que o verdadeiro nome da Companhia Carris de Ferro de Lisboa é "Lisboa Electric Tramways" e que seu balanço de 1954 dava um lucro liquido de 6.300.000 escudos, totalmente exportados para a nossa velha aliada Grã Bretanha.

O Instituto de Estatística registra em seus anais que os gêneros alimentícios, de 1954 para 1955, sofreram em Lisboa um aumento global de 4%.

Em 1954 o governo de Salazar contraiu um emprestimo, nas Caixas de Previdência, de 250.000 escudos, aos juros de 4% ao ano. Essa importancia foi utilizada pelo governo para financiar privilegiadas empresas capitalistas, aos juros de 3%.

A firma americana "The Chesapeake and Ohio Railway Company", mandou editar um mapa-mundi, onde a Península Iberica aparece sob a denominação de Spain (Espanha).

E' realmente uma ingratidão da parte daqueles que sugam o uranio português do Continente, o carvão e o petróleo português de Angola, o uranio e o petróleo português de Moçambique, o ferro e o manganês português de Goa.

No dia 12 de Junho próximo passado vasos de guerra franceses demandaram o porto de Lisboa. Realizaram em seguida, conjuntamente com a Marinha de Guerra Portuguesa, exercicios navais no largo das costas de Portugal, de harmonia com os acordos firmados no Pacto de Atlantico.

Portugal, segundo confissão de Oliveira Salazar, apesar de ser um pequeno país, é um dos mais sacrificados com despesas militares resultantes do celebre Pacto de Atlantico.

